

“Robertão” cobra voto de quem assinou pelos 5 anos

BRASÍLIA — O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do grupo *Centrão*, disse que os 317 parlamentares signatários da emenda que dá cinco anos de mandato ao presidente José Sarney assinaram uma promissória a ser cobrada pelo governo. *Robertão* alegou que esses 317 constituintes foram beneficiados pelo governo e, portanto, “têm obrigação de honrar esse compromisso. Quem não votar nos cinco anos tem de devolver todos os cargos que ganhou do governo”. Ele incluiu na advertência “até aqueles que dizem que não têm cargos, porque eles têm”.

Para *Robertão*, é “completamente absurda” a argumentação de que as assinaturas foram dadas apenas para garantir a tramitação da emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) em regime de preferência. “Todo mundo sabe que a filosofia é esta: eu faço para que tu me faças”. Segundo o deputado, que está hospitalizado recuperando-se de uma fratura do fêmur e volta à ativa nesta segunda-feira, “os amigos do presidente Sarney não vão deixar que ele sofra uma derrota e para isso dispõem de uma verdadeira tomografia computadorizada a respeito de cada um que assinou a emenda”.

Táticas — Ele reconheceu, porém, que a briga pelos cinco anos não é encampada por todo o *Centrão*, “até porque o grupo tem compromisso com

seus integrantes de não defender mandato ou sistema de governo”. Acrescentou que o movimento para garantir o mandato pretendido por Sarney independe de grupos ou partidos e ainda não definiu a tática a ser adotada.

Há os que, como *Robertão*, defendem a ação do governo na cobrança do voto de cada um; os que preferem concentrar forças em emendas que estabeleçam o mandato de cinco anos para Sarney no capítulo das Disposições Transitórias; e, ainda, os que, confiantes na maioria governista, não acreditam que os defensores dos quatro anos conseguirão reunir os 280 votos necessários para manter a redução do mandato do presidente Sarney.

O texto das Disposições Transitórias aprovado pela Comissão de Sistematização reduz o mandato de Sarney a quatro anos. A emenda do *Centrão* a esse capítulo não faz menção ao mandato do atual presidente, mas tem preferência para votação. Se obtiver 280 votos, os adversários dos cinco anos só poderão derrubá-la através de pedido de destaque (votação em separado), para reintrodução no texto do artigo aprovado pela Comissão de Sistematização. O destaque só será aprovado com 280 votos e se esse quórum não for atingido, passa a valer para Sarney o mandato de cinco anos estabelecido para os futuros presidentes, no capítulo da Organização dos Poderes.

Enfim, a turma dos 4 anos reage

Coincidência, só isso — mas que prova que os mecanismos de pressão de parte a parte estão sendo lubrificadas, e que os músculos começam a ficar retesados à medida que se aproxima o momento da batalha dentro da Constituinte em torno da extensão do mandato do presidente José Sarney. Na mesma hora, anteontem à noite, em que Sarney se reunia com um grupo de ministros no Palácio da Alvorada para esboçar ações que conduzam à vitória dos cinco anos, um seleto elenco de estrelas do PMDB se encontrava, reservadamente, no apartamento do senador José Richa para examinar como obter a vitória do mandato de quatro anos.

Foram pouco mais de três horas de intensos debates que atraíram a participação do ex-governador Franco Montoro, do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e dos deputados Pimenta da Veiga (PMDB-MG) e Euláides Scalco (PMDB-PR), entre outras. Ao meio-dia de ontem, no apartamento de Fernando Henrique, engrossaram o bloco da noite anterior o senador Mário Covas, o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães e o deputado Aécio Neves (PMDB-MG). Os dois encontros serviram para definir algumas linhas de atuação e para desenhar outras:

1. O ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães completou com sua assinatura o número necessário de autógrafos colhidos pelo chamado setor *histórico* do PMDB para que seja convocada uma reunião do Diretório Nacional do partido destinada a examinar a hipótese de rompimento da legenda com o governo. Mesmo assim, concluiu-se que a reunião do diretório pode ficar para outra data — não para o próximo dia 3 de fevereiro como seus inspiradores desejavam inicialmente. A ocasião é de somar dentro do partido pelos quatro anos — não de provocar o conflito interno que poderia beneficiar o mandato de cinco anos ansiosamente perseguido pelo presidente.

2. O senador José Richa, certamente acompanhado de mais um ou dois integrantes da ala progressista do PMDB, viajará a alguns Estados para se reunir com governadores — como, ultimamente, por sinal, o deputado

Ulysses Guimarães tem feito. Richa visitará, primeiro, o governador Miguel Arraes. A idéia é sondar os governadores sobre a possibilidade de se realizarem manifestações de rua favoráveis ao mandato de quatro anos.

3. A estratégia puramente regimental de obtenção dos quatro anos no âmbito da constituinte será traçada neste final de semana por uma equipe de deputados e de técnicos em legislação sob o comando do senador Mário Covas. A liderança do PMDB dispõe de emendas oferecidas ao projeto de constituição que contemplam todas as hipóteses — mandato de quatro anos para os futuros presidentes da República, mandato de quatro anos com direito à reeleição, mandato de quatro com reeleição de presidente e dos atuais governadores e prefeitos.

4. Os favoráveis aos quatro anos vão tentar ganhar a batalha logo na votação do capítulo que estabelece o tamanho do mandato dos próximos presidentes — não mais na votação do capítulo das “disposições transitórias” do projeto de constituição. O projeto, aprovado na Comissão de Sistematização, dá cinco anos para os futuros presidentes e quatro para o atual. Dar quatro anos para os sucessores de Sarney liquidaria o argumento de que se discrimina o atual presidente.

5. O deputado Ulysses Guimarães tem confiado, ultimamente, a amigos que o desempenho do governo pouco vem ajudando para que o presidente Sarney ganhe mandato de cinco anos.

6. O deputado José Genofino (PT-SP): “O projeto da Comissão de Sistematização a gente assina. O do *Centrão* a gente cospe e rasga”. O deputado se arrisca a engulir se não reunir 280 votos para rasgá-lo.

7. O deputado Bernardo Cabral acolheu a emenda do deputado Alceni

Guerra (PFL-PR) que concede 8 dias de licença para o pai acompanhar o nascimento do filho.

8. Do *Radical de Araxá*: “Não deixe para amanhã o que você pode roubar hoje.”

Para todos os gostos

Há de tudo no bloco das emendas rejeitadas pelo deputado Bernardo Cabral. Da que sugere a transformação do Acre em território independente, à que pretende uniformizar a cor dos carros oficiais em todo o país. Cuidadoso, o autor dessa emenda transfere para lei complementar a discussão em torno da cor a ser escolhida. O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que ameaça votar quatro anos para Sarney se o Brasil for ao FMI, ofereceu emenda propondo que os juros bancários sejam tabelados na Constituição.

Atrazo nas emendas
Um dia após o deputado Bernardo Cabral ter oferecido seu parecer às emendas ao projeto de Constituição, começaram a circular, finalmente impressas, as emendas sobre as quais ele deveria opinar — como fez. Acostumado aos atrasos da máquina burocrática e administrativa do Congresso, Cabral socorreu-se de uma máquina para zerocar as emendas. Não tivesse feito isso, não poderia ter dado seu parecer em tempo hábil. Surpreendeu-se, mesmo assim, com cópias de 50 emendas que somente anteontem lhe chegaram às mãos, embora tenham dado entrada no prazo legal.

Pinga-fogo
Guerra (PFL-PR) que concede 8 dias de licença para o pai acompanhar o nascimento do filho.

Do *Radical de Araxá*: “Não deixe para amanhã o que você pode roubar hoje.”

Ricardo Noblat

Tradição diz que nome não garante voto

Maria Inês Nassif

Assinatura nunca foi garantia de voto no Congresso e parece que a Constituinte vai confirmar a tradição. A emenda presidencialista do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) teve 345 assinaturas e a emenda parlamentarista do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) recebeu 341. Acontece que, dos 559 constituintes, nada menos do que 188 assinaram as duas propostas, que são antagônicas. Só 157 subscreveram apenas a emenda de Lucena e 153 optaram unicamente pela de Egídio.

Se as assinaturas dadas exclusivamente a cada uma das emendas sobre sistema de governo fossem consideradas como votos certos em plenário, seria possível concluir que 249 constituintes ainda estão indecisos entre parlamentarismo e presidencialismo. Mas nem as assinaturas exclusivas indicam a tendência real. Oito deputados do PT, um partido programaticamente presidencialista, assinaram a proposta de Egídio e não deram apoio à de Lucena. Um deles foi o deputado Luiz Inácio da Lula da Silva, já lançado candidato a presidente da República. O deputado José Genofino (PT-SP), presidencialista ferrenho, assinou as duas propostas.

Na lista dos constituintes que assinaram as duas propostas existem figuras ilustres, tanto entre os adeptos do parlamentarismo como do presidencialismo. O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e o senador José Richa (PMDB-PR), por exemplo, assinaram ambas — e são parlamentaristas. O presidente do PFL, senador Marco Maciel, que é presidencialista, apoiou a emenda parlamentarista.

Cortesia — O líder do PC do B na Constituinte, deputado Haroldo Lima, integrante de um partido que optou pelo parlamentarismo e que mantém sua bancada sob rigorosa disciplina, também fez seu gesto de cortesia, assinando a emenda de Humberto Lucena. O líder do PFL, deputado José Lourenço, o principal elemento da tropa de choque governista no Congresso, e presidencialista devido a esta circunstância, assinou as duas.



Humberto Lucena Haroldo de Lima

Entre os parlamentaristas que assinaram a proposta presidencialista estão o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, os deputados deputados Pimenta da Veiga (PMDB-MG), Percival Muniz (PMDB-MT), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Rose de Freitas (PMDB-ES), Cid Carvalho (PMDB-MA) e Domingos Leonelli (PMDB-BA), além dos senadores Afonso Camargo (PTB-PR) e Jorge Bornhausen (PFL-SC).

Até Lucena — No grupo de presidencialistas que subscreveram a emenda parlamentarista, uma grande surpresa: o próprio presidente do Senado, Humberto Lucena, um dos autores da proposta presidencialista, subscreveu a parlamentarista. Foi também Lucena o responsável pela coleta do maior número de assinaturas de parlamentaristas à proposta presidencialista.

“Lucena é presidente do Senado, tem prestígio e pegou a assinatura da maioria dos senadores parlamentaristas”, explicou o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), um dos articuladores da emenda presidencialista, que esperava contar apenas com assinaturas que revertessem em votos no plenário. Além de Lucena, assinaram as duas propostas antagônicas os deputados presidencialistas Oscar Corrêa (PFL-MG), Expedito Machado (PMDB-CE) e Albérico Filho (PMDB-MA).

Folcloro — No folclore do Congresso, um dos mais famosos casos foi o da emenda do divórcio, proposta pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ). A maioria esmagadora dos deputados e senadores assinou, mas no plenário muitos recuaram e o divórcio passou por uma margem escassa de votos. No início do governo João Figueiredo, os deputados Flávio Marçílio, Célio Borja e Djalma Marinho, todos do PDS, apadrinharam uma emenda que restabelecia as prerrogativas do Legislativo, assinada por quase todos os congressistas. O plenário a rejeitou, com a ajuda do então presidente do Senado, Luiz Vianna Filho, que durante todo o período de articulação da proposta era um de seus mais ilustres defensores.

Sarney faz reuniões para tentar conseguir 5 anos

BRASÍLIA — O presidente José Sarney arregaçou as mangas e começou a liderar a ação do governo pelos cinco anos de mandato. Segundo o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, as reuniões do presidente com seus ministros, anteontem, ontem e hoje, no Palácio da Alvorada, têm três objetivos: examinar novos apoios aos cinco anos; avaliar os partidos, estados e regiões engajados com a tese e, em consequência, “agilizar as providências do interesse deles nas várias pastas”.

Outro importante articulador político do governo, o ministro da Habitação, Prisco Vianna, acrescentou que nessas reuniões vem sendo discutida a integração de todos os ministros e escalões inferiores na ação pelos cinco anos. “O governo tem que governar com suas bases políticas. Onde forem necessários ajustes, eles serão feitos”, disse Prisco no final da tarde, pouco depois de o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, um dos expoentes do *Centrão*, explicar que estão sendo estudados ajustes principalmente nas bases — ou seja, nos quadros do governo federal nos estados e municípios. Quem apoia os cinco anos, está bem; quem não apoia poderá ser substituído.

A principal leitura dessas reuniões, segundo Antônio Carlos, é a de que “o governo está cada vez mais empenhado no fortalecimento do man-

dato de cinco anos, via parlamentares e meios de comunicações”. Prisco ressalva que esse último canal — os meios de comunicação — não foi discutido na primeira reunião do presidente com ministros, anteontem, da qual participou, mas é tema de seguidos encontros realizados no Palácio do Planalto.

Antônio Carlos diz que não houve uma discriminação entre os ministros e que as reuniões estão sendo realizadas em dias diferentes “porque um menor número de participantes ajuda a dinâmica das discussões”. Prisco concorda e diz que alguns ministros estão mais integrados na ação pelos cinco anos simplesmente “porque têm uma relação mais direta com a política”.

Prisco disse que o líder Carlos Sant’Anna foi incumbido na reunião de anteontem de avaliar as possibilidades técnicas e as condições políticas para a inversão de pauta de votações da Constituinte. E Antônio Carlos admitiu que o governo está apreciando a fórmula do *Centrão*, de pedir destaque e derrubar o artigo das disposições transitórias que estabelece um mandato específico para Sarney. Assim, passaria a valer para o atual e os futuros presidentes o mesmo mandato, de cinco anos, determinado pelo corpo permanente da nova Constituição.